



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 7 de novembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA .....	1
OPINIÃO	
CAPA .....	2
Editorial .....	3
JORNAL DO COMMERCIO	
Codam avalia pauta de R\$ 778 milhões .....	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Mudanças no IVMS trazem risco ao AM .....	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Mudanças no IVMS trazem risco ao AM (continuação) .....	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Follow - Up.....	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Novos regras do comércio exterior serão debatidas.....	8
ECONOMIA	
A CRITICA	
CAPA .....	9
CAPA	
A CRITICA	
Dia de convencimento .....	10
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Dia de convencimento (continuação).....	11
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Dia de convencimento (continuação).....	12
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Vantagens e desvantagens.....	13
OPINIÃO	
A CRITICA	
Sim & Não .....	14
OPINIÃO	
A CRITICA	
Visão integrada.....	15
ECONOMIA	
A CRITICA	
Setor primário.....	16
ECONOMIA	
A CRITICA	
Seminário .....	17
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
AM ganha R\$ 78 milhões com partilha de royalties.....	18
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Fernando Coelho Jr.....	19
TEMPO REAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	20
OPINIÃO	

DIÁRIO DO AMAZONAS	
Resumo .....	21
ECONOMIA	

DIÁRIO DO AMAZONAS	
Resumo .....	22
ECONOMIA	

CAPA

# Prova de fogo hoje para o Amazonas na discussão do ICMS

O Amazonas pôde perder quase 70% de sua arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) em oito anos caso a unificação do imposto entre

os Estados de 12% para 4% seja aprovada pelo governo federal. A preocupação do Estado aumenta porque o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se reúne hoje com

todos os governadores brasileiros, incluindo o governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD-AM) para tentar aprovar a chamada minirreforma tributária, que segundo

o governo federal aumentaria o grau de competitividade de todos os Estados brasileiros. Mas, para o Amazonas a queda na receita do ICMS seria desastrosa.

## CAPA

### Palestra

# Alfândega vai informar sobre mudanças no Siscomex e despachos

Palestra na Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus, na próxima segunda-feira (12), vai informar sobre mudanças no Siscomex. Voltada para importadores, exportadores e internadores da ZFM, a palestra também abordará as mudanças no credenciamento de representantes para as relacionadas ao despacho aduaneiro.

## Editorial

### A sustentabilidade e o lucro social e ambiental do modelo ZFM

**A**minirreforma tributária que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, pretende debater hoje com os governadores do país, e cuja principal mudança é a unificação da cobrança do ICMS pelos Estados, pode causar enormes prejuízos ao Estado

do Amazonas, que tem na Zona Franca de Manaus seu principal pilar da economia.

Nesse aspecto, nunca é demais repetir, e insistir, que o modelo ZFM tem sido o responsável pela manutenção do Estado do Amazonas com um elevado índice de preservação de sua cobertura florestal. Ao longo dos seus 44 anos, a ZFM tem

passado por uma vasta experiência de construção de um modelo sustentável e agregador de valores.

Se antes o Amazonas viveu da exploração dos recursos naturais da floresta com a borracha, a castanha e a sorva, mantendo apenas uma pequena atividade industrial para o beneficiamento desses produtos, após a Zona Franca foi pos-

sível implantar e desenvolver um polo industrial de alta tecnologia sem agredir o que o Estado tem de mais importante não somente para si, mas para o país e para o próprio planeta.

E esse é o tipo de progresso que o Amazonas proclama e defende, haja vista que a sua expansão tem o poder de agir e influenciar novas formas de enxergar a

natureza não como fonte de exploração predatória, mas como parceira do homem na sua própria sustentação como espécie dominante sobre o planeta.

Assim, qualquer mudança tributária no país precisaria levar em consideração o nosso modelo econômico, pois prejudicá-lo será colocar em risco a própria Amazônia.

## Codam avalia pauta de R\$ 778 milhões

**O** Codam (Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas) deve deliberar amanhã 48 projetos industriais com investimento de R\$ 778 milhões. A estimativa é que 2.190 novas vagas sejam abertas no mercado de trabalho até 2015.

A penúltima reunião de 2012 reúne planos de produção de tablets, bebidas, placas de circuito impresso, motonetas, balsas e embalagens. Entre os projetos submetidos à análise técnica da Seplan (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico), 26 são de diversificação, 17 de implantação (novos empreendimentos) e cinco de atualização.

Os investimentos com capital de origem estrangeira se mantiveram ascendentes - um total de R\$ 489 milhões, mais da metade do valor total a ser aplicado. Entre os países investidores estão: Estados Unidos, Japão, Holanda, Finlândia, França e Coreia do Sul, onde estão sediados os grandes grupos que atuam no Polo Industrial de Manaus.

A pauta de projetos está disponível na íntegra no site [www.seplan.am.gov.br](http://www.seplan.am.gov.br).

[seplan.am.gov.br](http://seplan.am.gov.br).

### Histórico

Na última reunião realizada pela Comissão, em agosto, foi aprovado um volume de mais de R\$ 4 bilhões. No quarto encontro de 2012, o número de novos empregos estimados para três anos chegou a 2.194 vagas.

Considerando os investimentos da 241ª pauta do Codam os investimentos acumulados neste ano somam R\$ 9,469 bilhões, em um total de 201 projetos aprovados, com previsão de geração de 9.984 vagas no mercado de trabalho no período de até três anos.

Um dos destaques da pauta da reunião foi a aprovação do

projeto da Polimix de fabricação de cimento para a construção civil com valor estimado em R\$ 108 milhões. A coreana Samsung aprovou o maior volume de investimento da pauta, um total de R\$ 4,1 bilhões para a produção de telefone celular combinado a outras tecnologias, utilizando a mão de obra de 548 trabalhadores.

### Mudanças no IVMS trazem risco ao AM

**O** Amazonas pode perder quase 70% de sua arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) em oito anos, caso as novas regras de unificação do imposto entre os Estados de 12% para 4% seja aprovada pelo governo federal.

A preocupação do Estado se intensifica porque o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se reúne hoje, com todos os governadores brasileiros, incluindo o governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), para buscar apoio a fim de aprovar a chamada minirreforma tributária, que segundo o governo federal aumentaria o grau de competitividade de todos os Estados brasileiros.

Mas, para o Amazonas a queda na receita do ICMS seria desastrosa. De acordo com PPA (Plano Plurianual) do Estado, a previsão de arrecadação tributária estadual para 2013 é de R\$ 7,5 bilhões, sendo R\$ 7 bilhões apenas de recolhimento de ICMS com a alíquota atual de 12%.

“Com a proposta do governo federal, essa arrecadação diminuiria em média 1 ponto percentual ao ano”, explica o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende.

Seguindo o raciocínio do economista, isso significa, a grosso modo e considerando a situação atual da economia, que com a unificação sendo validada, a partir do próximo ano, a alíquota seria de 11% e a arrecadação passaria dos R\$ 7 bilhões

previstos para R\$ 6,41 bilhões. Em 2014, com alíquota de 10%, o recolhimento seria de R\$ 5,83 bilhões até chegar a 2020, com recolhimento de apenas R\$ 2,39 bilhões em ICMS. Isto é, a redução ano a ano seria de uma média de 8%, mas no geral, o Amazonas pode perder 67,14% da receita do imposto.

“É importante destacar que esse é um exemplo simplificado do cálculo de perdas, uma vez que a cesta de produtos sobre a qual incide o ICMS é variada, mas já nos dá uma base sólida para percebermos o impacto da medida sobre a economia do

nosso Estado”, detalhou.

Ele destaca ainda que além da perda de arrecadação, há ainda a preocupação de perda de vantagens comparativas do Estado, isto é, pode haver menos interesse dos investidores em se instalar no Amazonas.

“Com o ICMS igual pra todos os Estados somados à nossa dificuldade logística, o investidor pode não achar interessante aplicar recursos aqui”, alertou.

Em entrevista anterior ao *Jornal do Comercio*, o presidente da Controle Consultoria e autor do estudo sobre a VTC (vantagem tributária comparativa média)

## Mudanças no IVMS trazem risco ao AM (continuação)

nosso Estado", detalhou.

Ele destaca ainda que além da perda de arrecadação, há ainda a preocupação de perda de vantagens comparativas do Estado, isto é, pode haver menos interesse dos investidores em se instalar no Amazonas.

"Com o ICMS igual pra todos os Estados somados à nossa dificuldade logística, o investidor pode não achar interessante aplicar recursos aqui", alertou.

Em entrevista anterior ao *Jornal do Commercio*, o presidente da Controle Consultoria e autor do estudo sobre a VTC (vantagem tributária comparativa média)

do Estado, José Laredo, afirma que a mudança afeta de forma grave a taxa de natalidade de novos projetos.

"Com o peso atual do ICMS a vantagem média amazônica está em 57%. Quando a vantagem cai para menos de 50%, o PIM começa a despertar menos interesse dos investidores. Caso o peso do ICMS caia para menos de 10%, seguindo o que propõe a reforma, a vantagem média do modelo cairia para menos de 40%, deixando o Estado na zona de inviabilidade de novos negócios", explicou à época.

### Proposta

A proposta do governo federal oferece aos governos a renegociação das dívidas dos Estados e a mudança do indexador, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) para a Selic (taxa básica de juros), o que proporcionaria taxas menores aos governos. Entretanto, as contrapartidas a serem aceitas pelos representantes serão duas: os Estados devem acatar a proposta de ICMS unificado de 4% cobrado na origem, e a redução da alíquota de ICMS sobre os serviços de telefonia

e energia elétrica.

Segundo o deputado estadual Marcelo Ramos (PSB), que ontem se manifestou sobre o assunto, é preciso refletir sobre o custo-benefício da proposta. "Precisamos refletir sobre isso e fazer uma conta básica, ou seja, saber quanto o governo do Amazonas vai economizar com a mudança do indexador -do IGP- para a Selic - e quanto ele vai deixar de arrecadar com a redução do ICMS de energia e telecomunicações", avaliou.

### Expectativas

O governo federal também se mostrou disposto a negociar compensações para os Estados com maiores perdas de arrecadação, mas não especificou nenhuma delas até o momento.

O secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, Isper Abraham, informou que além de Omar Aziz, o secretário executivo da Sefaz-AM (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas), Afonso Lobo, e o superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Thomaz Nogueira, também estarão na reunião para ouvir as propostas do ministro da Fazenda e negociar as compensações para o Estado.

"Nossa expectativa é de que a Zona Franca de Manaus, por ser modelo de exceção, não seja incluída na unificação, ou receba uma proposta de compensação à parte. Mas, nesse primeiro momento, vamos ouvir as propostas e só então organizar uma defesa dos direitos do Estado, caso seja necessário", destacou Afonso Lobo.

## Follow - Up

### STF reconhece direitos da ZFM

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu os efeitos de dispositivos de lei e decretos do estado de São Paulo que estabeleceram incentivos fiscais à produção de tablets com tratamento tributário diferenciado de ICMS. A suspensão decorre de concessão de liminar na em uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4635) ajuizada pelo governador do Amazonas, Omar Aziz, sob o argumento de que a iniciativa paulista prejudica a ZFM. A decisão atinge uma lei paulista de 1989, que concede benefícios fiscais à produção de bens de informática naquele estado, e terá validade até que o Plenário do STF se manifeste. O ministro decaço

do STF entendeu que estão presentes na ação os requisitos para a concessão da liminar (plausibilidade do direito e perigo da demora). "Tudo o que vem de ser exposto concorre para o reconhecimento do indiscutível relevo jurídico do pedido, tanto mais quando se tem presente que a doutrina, ao analisar o tema da exoneração tributária em matéria de ICMS, não prescinde, qualquer que seja o veículo de exteriorização da competência isencional, da prévia e necessária celebração de convênio entre os estados-membros", afirmou. Quanto ao 'periculum in mora' (risco de decisão tardia), o ministro relator a declarou presente "em face da irrecusável repercussão econômico-financeira provocada pelas ora questionadas regras concessivas de unilateral exoneração tributária de ICMS".

### Novos regras do comércio exterior serão debatidas

**A** IN-RFB-1.288 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.288 de 31 de agosto de 2012) publicada em 3 de outubro de 2012, que estabeleceu, entre outras mudanças, a definição de três novas modalidades de habilitação e a redução do prazo para o indeferimento dos pedidos de habilitação para operação no Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior) será tema da palestra a ser ministrada pela Receita Federal, no próximo dia 12, às 14h, na Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus, localizada na rua Marquês de Santa Cruz, Centro.

"Essas mudanças buscam ajustar os procedimentos de habilitação ao seu papel no comércio exterior, transformando-os em um instrumento eficaz de controle aduaneiro preventivo e permanente, mas com atuação célere e eficiente", destacou Osmar Felix de Carvalho, inspetor da Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus.

Lembrando que o II (Imposto de Importação) foi responsável pela arrecadação de R\$ 48 milhões em setembro, valor 80,44% superior ao arrecadado no mesmo período em 2011. Somente a arrecadação do II na Alfândega do Porto de Manaus, chegou a 76,37% de toda a sua arrecadação na 2ª Região Fiscal, que compreende os Estados do Norte, exceto o Tocantins.

E que os incentivos tributários concedidos à exportação dos produtos fabricados na ZFM (Zona Franca de Manaus) são, em tese, os mesmos concedidos aos produtos fabricados em outras regiões do país. De acordo com o Decreto nº 4542/2002 (RIPI) são imunes ao IPI os produtos destinados ao exterior e estes poderão sair com suspensão do tributo, quando destinados à exportação, desde que saiam do estabelecimento industrial para empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação, e para recintos alfandegados ou a outros locais onde se processe o despacho aduaneiro de exportação.

Segundo o analista tributário da RFB, Moises Hoyos, a IN-RFB-1.288 foi reformulada para tornar ágil o processo de cadastro e habilitação dos im-

portadores e exportadores que tenham, de fato, comprovado o capital social de suas empresas que justifique as operações com comércio exterior. A maioria das habilitações cadastradas já foi aprovada e os novos cadastros serão analisados com maior agilidade.

"As novidades na IN vieram em benefício de ambos: do Fisco e dos importadores e exportadores que estejam legal. E vai dificultar quem não estiver com boas intenções em relação às operações com comércio exterior. A expectativa é positiva para todos", informou Hoyos.

Voltado para importadores, exportadores e internadores da ZFM (Zona Franca de Manaus), a palestra também abordará as mudanças no credenciamento de representantes para a prática de

atividades relacionadas ao despacho aduaneiro. As mudanças simplificam os procedimentos e reduzem os prazos para análise dos pedidos.

Para o despachante aduaneiro Iomar Souza, a expectativa é muito positiva e será bem-vinda para coibir abusos e valorizar o trabalho desempenhado pela categoria.

"Essas palestras são sempre bem-vindas e ajudam a esclarecer as novas regras do processo de desembaraço aduaneiro. Eu já solicitei minha participação e agora aguardo a confirmação por e-mail", disse Souza.

A Receita Federal aguarda 40 participantes na palestra, que poderão efetuar agendamento pelo endereço de e-mail: [educacaoofiscal.alfmanaus@yahoo.com.br](mailto:educacaoofiscal.alfmanaus@yahoo.com.br).

#### Serviço

##### O QUÊ?

Palestra sobre os novos procedimentos para operação no Siscomex

##### QUANDO?

12 de novembro de 2012, 14h.

##### ONDE?

Sede da Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus, localizada na rua Marquês de Santa Cruz, s/n Centro.

**Agendamento por e-mail:** [educacaoofiscal.alfmanaus@yahoo.com.br](mailto:educacaoofiscal.alfmanaus@yahoo.com.br)

## CAPA



## Dia de convencimento

**EMANUELLE ARAÚJO**

especial para a crítica

**LUANA GOMES**

luana.gomes@acritica.com.br

O governador Omar Aziz afirmou que não vai admitir discutir os benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM) na reunião que será realizada hoje, em Brasília, com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e os governadores dos outros Estados.

Durante a reunião, Mantega tentará convencer os governadores da necessidade de se reduzir gradativamente a alíquota interestadual do ICMS, para uma alíquota de 4%, que seria cobrada nas transações interestaduais e no comércio eletrônico. A ideia do governo é que a partir de janeiro essa alíquota já passe a vigorar para as importações de bens, eliminando a chamada "guerra fiscal dos portos".

Atualmente, os Estados do Norte e Nordeste cobram 7% nas transações interestaduais e os demais, 12%. Os governadores reclamam que vão perder receita durante a transição, e o governo sugere a criação de um Fundo de Compen-

sação Regional para recompor o caixa dos Estados perdedores.

"Não admito discutir aquilo que já está na Constituição Federal, que são as vantagens comparativas e as prerrogativas que a Zona Franca tem e que faz da nossa economia uma das fortes do País, garantindo principalmente a preservação das nossas riquezas florestais. Estarei na reunião como ouvinte, mas se os benefícios da Zona Franca forem citados vou me posicionar para que fique bem claro que os amazonenses não podem abrir mão do que é um direito conquistado na Constituição", disse Aziz.

### IMPORTADOS

O deputado federal Pauderney Avelino disse que aproveitará essa reunião para solicitar que o governador Omar converse com Mantega para que o governo avalie em um ano o Projeto de Resolução do Senado 72/2012, que unifica em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS incidentes sobre produtos importados, a partir de 1º de janeiro de 2013. Para o parlamentar, essa resolução pode reduzir em 80% a "guerra fiscal" entre os Estados.



Omar Aziz participará da reunião



Guido Mantega defende a unificação do ICMS para acabar com 'guerra fiscal'

"Acho que nessa reunião o governador Omar (Aziz) deve propor o que pedi ao secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que fosse aceito um prazo para se colocar em apreciação a resolução 72. Porque, o governo também quer inserir os produtos nacionais. Também acho que o governador deve conversar com o ministro (Guido Mantega) sobre o

pacto federativo em relação a algumas atitudes, como o Governo de São Paulo que não reconhece crédito de 12% de produtos oriundos do Amazonas, principalmente os produtos de informática e, inclusive está estendendo para outros produtos.

O titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, declarou que vai esperar o resultado da

reunião do governador com o ministro para anunciar quais medidas deverá tomar em relação ao assunto. "Essa reunião é apenas um primeiro passo para uma possível reforma fiscal. Por isso, acho prudente esperar o resultado desse encontro para depois verificar com técnicos capacitados o que devemos fazer. Acho que devemos trabalhar com a realidade e não com suposições".

## Braga diz que medida é injusta

O líder do Governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB/AM), disse que a unificação da alíquota interestadual do ICMS é impossível e injusta com os Estados mais pobres. Em aparte ao discurso do senador Walter Pinheiro (PT/BA), que cobrou uma decisão do Senado sobre a votação de matérias relativas ao pacto federativo, como a distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Braga defendeu que a matéria seja aprovada ainda este ano. Ele também fez um apelo público ao presidente da Câmara, Marco Maia (PT/SP), para que se vote a PEC que instituiu a partilha entre os estados do ICMS cobrado em compras realizadas pela Internet.

### Dia de convencimento (continuação)

# Proposta gera divergências

Há quem ache, como o titular da Sefaz-AM, Isper Abraham, que a alíquota única de 4% não seria o pior dos mundos para a ZFM

A proposta de unificar a liquota do ICMS provoca opiniões divergentes. O Governo Federal quer uma alíquota única de 4% nas transações interestaduais. Atualmente, no Amazonas, por exemplo, ela está fixada em 12%, quando vende para fora. Porém, as mercadorias *made in* Zona Franca de Manaus (ZFM) recebem um incentivo que varia de 55% a 95%.

Desta forma, caso seja aprovada a alíquota de 4%, o Estado pode ter uma perda de receita, em virtude de grande parte da sua arrecadação ser composta pelo ICMS da indústria. Até outubro, conforme dados da Secretaria de Es-

Busca rápida

\*

### Santa Catarina está preocupada

O secretário de Fazenda de Santa Catarina, Nelson Serpa, disse que sua grande preocupação é com a redução drástica do imposto cobrado na origem, já que seu Estado é produtor. "Uma transferência para a cobrança no destino poderia acarretar uma perda", afirmou Serpa



Titular da Sefaz-SC, Nelson Serpa

tado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), do total de R\$ 5,84 bilhões "abocanhados" pelo fisco, R\$ 2,42 bilhões decorreram de recolhimento junto ao setor.

No explicação do economista Alex Del Giglio, a equação é essa: se você é tributado em 12%, mas recebe incentivo de 50%, paga apenas 6%. No entanto, com a unificação em 4%, esta base de comparação seria reduzida para 2%.

Del Giglio afirma que essas perdas se traduzirão indiretamente no Polo Industrial de Manaus (PIM), já que a concessão do incentivo com uma base mais baixa pode não ser econo-

micamente viável para o governo, que terá menos geração de receita para "tocar" todos os serviços públicos. "Qual vai ser o interesse do governo em manter este modelo?", questionou.

De acordo com ele, apesar da unificação acabar com a "guerra fiscal", priorizará, tão somente, os Estados consumidores, quando o Amazonas é apenas produtor. O economista explicou que o ônus das indústrias é de 17%, se na origem a tributação será de 4%, no destino ficará em 13%.

Sobre o Fundo proposto pelo Governo Federal para compensar eventuais perdas dos Esta-

dos, Del Giglio lembrou que não se trata de uma medida para funcionar eternamente, mas um paliativo. No caso do Amazonas, um modelo alternativo econômico, voltado para o mercado interno, no longo prazo, talvez equalizasse prováveis perdas com a unificação do ICMS em 4%.

#### SOMENTE ADEQUAÇÃO

O titular da Sefaz-AM, Isper Abraham, comentou que a proposta é favorável à região e o Governo do Estado tem que apenas que se programar para uma arrecadação agora menor. "Tem um pequeno prejuízo na arrecadação, mas tudo é questão do Estado se adequar", abordou. Abraham informou que já existem produtos que não geram receita, como o telefone celular, que tem 100% de incentivo. De acordo com ele, mesmo assim o modelo ZFM continua "valendo a pena", especialmente por incentivar a geração de empregos.

## Dia de convencimento (continuação)

IMPORTADOS

# Confaz: reunião extraordinária

Conselho de Política Fazendária vai debater hoje Resolução que dispõe sobre unificação de ICMS para produtos importados

Com as discussões em prol da Reforma Tributária, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aproveita para tratar hoje, em reunião extraordinária, sobre a Regulamentação da Resolução nº 13 do Senado Federal, que define em 4% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre produtos importados, destinados a outros Estados da Federação.

Realizada em Brasília, a partir das 16h, a reunião terá a participação do secretário-executivo da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Se-

faz-AM), Juarez Tridapalli, representando o Estado. Segundo ele, a regulamentação favorece todas as unidades federativas, especialmente com a dificuldade em trazer o produto pronto, questão que por muitas vezes foi reclamada pelo próprio Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal-AM).

Com a regulamentação da resolução, os Estados ficam proibidos de conceder incentivos relacionados de ICMS para produtos "estrangeiros" sem amparo de convênio aprovado pelo Confaz. Atualmente, as alíquotas em vigor estão estabelecidas



Juarez Tridapalli: regulamentação da resolução nº 13 favorece todos os Estados

em 7% e 12%, dependendo do estado de origem ou de destino da mercadoria, mas algumas unidades federativas optam por "ceder" incentivos para aumentar sua vantagem comparativa em relação ao restante do País.

A partir desta mudança, produtos que, após o desembaraço aduaneiro, não tenham sido submetidos a processo de industrialização e aqueles que, a despeito de qualquer processo, tenham mais de 40% de insumos importados, serão tributados em 4%.

Vale lembrar que a resolução não se aplica aos bens produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que trata o Decreto-Lei nº 288/67, que regula a Zona Franca de Manaus (ZFM), assim como produtos que não tenham similar nacional, a serem definidos em lista a ser editada pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Busca rápida

\*

Fim da "guerra dos portos" em 2013

Fruto do projeto de resolução nº 72, aprovado no Senado no final de abril, a Resolução nº 13 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 26 de abril. Conforme a publicação, as determinações sobre a alíquota entram em vigor a partir do dia 1º de janeiro.

## Vantagens e desvantagens

☰ O Ministério da Fazenda está correto ao tentar, numa reunião com representantes de todos os Estados brasileiros, angariar o apoio para o projeto que unifica as alíquotas do ICMS em 4% num prazo de oito anos. A unificação tem como maior virtude o fato de acabar com a guerra fiscal entre os governos estaduais. Nada a opor a idéia geral, que é boa para o Brasil, principalmente porque ela vem subsidiada pela proposta de criação de um fundo que vai ajudar a diminuir o peso das dívidas dos estados. Agora é preciso pensar - e fazer muitas contas - se no bojo dessa idéia o

Governo Federal leva em conta as históricas - e jamais atacadas pela União - desigualdades regionais existentes no Norte e Nordeste, regiões mais pobres do País. No caso do Amazonas, cujo orçamento depende 90% do recolhimento do ICMS, as desigualdades foram atenuadas pelo regime tributário especial que é a base da Zona Franca de Manaus. Hoje, a vantagem comparativa que nós é dada de fazer políticas fiscais de incentivo usando o ICMS, sem a necessidade de anuência do Conselho de Política Fazendária (Confaz), compensa os graves problemas que ameihamos ao longo

da história e que tornam complexas, senão impossíveis, quaisquer formas de desenvolvimento econômico que se mostrem pujante e dêem conta da necessidade das populações locais. Nesse passivo de desigualdades, sobre o qual a União nesse momento faz questão de manter silêncio absoluto, está, por exemplo, toda a questão da logística da região. Não temos estradas que nos tornem competitivos, nossos portos e hidrovias praticamente inexistem e o nosso aeroporto internacional é a grande piada do momento com a reforma pífia pela qual passa. Se colocarmos nessa

conta a péssima estrutura de comunicação, fecha-se o cerco que justifica a necessidade de um Estado como o Amazonas ter vantagens fiscais em relação a outras regiões, notadamente as mais ricas e prósperas, onde tais problemas foram resolvidos com investimentos pesados da União. Nesse sentido, recomenda-se aos negociadores do Estado ter muito cuidado com as ofertas que serão colocadas na mesa pelo ministério. Aceitar melhores condições para o pagamento da dívida e abrir mão da autonomia de fazer política fiscal é uma equação que precisa estar bem feita e pesada.

## Sim & Não

### Abinee faz chantagem contra o AM

**A liminar que o Amazonas obteve na semana passada no Supremo Tribunal Federal (STF) devolvendo ao Polo Industrial de Manaus (PIM) vantagens fiscais na produção de tablets está sendo usada pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) para expor uma espécie de chantagem ao mercado. A Abinee diz, por exemplo, que a decisão do STF poderá provocar um reajuste imediato no preço dos tablets em até 10% e outros bens de informática em 12%.**

**SP x AM** A chantagem mostra nova batalha fiscal entre SP x AM já que o presidente da Abinee, Humberto Barbato, em entrevista ao jornal Valor Econômico, advoga pela indústria paulista justificando a razão do reajuste dos tablets: "O ICMS de SP terá de ser cobrado de qualquer maneira".

**Insanidade** Ainda sem saber do choro da Abinee, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) foi à tribuna para comemorar a decisão do STF a favor do AM: "A vitória não é só para o Amazonas e o PIM, mas para todas as unidades da federação que são vítimas dessa insana guerra fiscal".

**Cutucada** Depois, informada da manifestação da Abinee, ela comentou: "Se

vão jogar a discussão com aumento de preço, é uma sinalização de que é melhor transferir as empresas para Manaus", alfinetou.

**Guerra** A discussão sobre os tablets vai se tornar detalhe num problema maior para o Estado e que será debatido hoje em Brasília: a redução da alíquota interestadual do ICMS. O governador Omar Aziz (PSD) viajou ontem para debater o tema em reunião de governadores com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

**Apoio** O governador Omar Aziz desembarcou em Brasília com mostras de apoio político da bancada federal do Amazonas. Tanto que foi recepcionado por três aliados, os deputados federais Carlos

Souza e Silas Câmara, do PSD, e Sabino Castelo Branco (PTB).

**Passageiros** O grupo de parlamentares que deixou o aeroporto de Brasília foi ainda maior porque a deputada federal Rebecca Garcia (PP) viajou com Omar no retorno para os trabalhos no Congresso.

**Silêncio** O silêncio da Sefaz-AM sobre a reunião de hoje em Brasília para discutir ICMS criou um clima nebuloso em setores da economia. A pasta não publicou nada sobre o assunto.

**Sem voz** Apesar da guerra fiscal estar esquentando os debates em Brasília, o AM ficou sem voz ontem na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado,

que discutiu, entre outras coisas, a guerra fiscal dos Estados. Foi o que ficou claro na transmissão da TV Senado.

**Firme** O jornal O Globo publicou ontem que o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que chegou a ser tratado como "peça fora" da liderança do Governo no Senado, está firme e forte no cargo. Porém, faz uma observação: ele fica, mas é por falta de interessados na liderança governista.

**Simplista** Do chefe do MP-AM, Francisco Cruz, sobre as mortes na Ponta Negra: "O argumento de imprudências dos banhistas é simplista e não pode mascarar erros". Hoje, Francisco Cruz vai constituir comissão para apurar as causas dos afogamentos.

## Visão integrada

# Soluções possíveis para Manaus

Durante os anos 1970, quando Manaus cresceu, segundo o IBGE, 74,6%, deu-se início à sua desestruturação urbanística. Dentre os problemas de maior significado, destacam-se: ocupação urbana indiscriminada, com forte aumento das invasões nas zonas Leste, Oeste e Norte, além do agravamento da situação às margens dos igarapés; inadequação dos instrumentos de planejamento e controle; insuficiência e desarticulação da malha viária; descaracterização de edificações históricas, em boa parte, felizmente, restauradas pela Secretaria Estadual de Cultura.

O economista amazonense Antonio José Botelho, em seu livro "Redesenhando o Projeto Zona Franca de Manaus", mostra os transtornos sofridos pelo vertiginoso crescimento

populacional da cidade. O mais grave, afirma, deriva do fato de não haver sido "acompanhado por uma convergente ampliação da infraestrutura básica, em particular do saneamento, o que vem impondo ao seu meio ambiente uma sobrecarga abusiva, especialmente aos rios e igarapés da área urbana". Entre os anos de 1983 e 1986, o então prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, constituiu um grupo de arquitetos, urbanistas, sociólogos e economista para promover um levantamento social e econômico visando à elaboração de plano de ação com vistas a corrigir as profundas assimetrias da cidade nesses campos. Uma das conclusões do trabalho demonstrou que cerca de 65% de sua população era

constituída de sub-habitações, que deram origem a dezenas de bairros ainda hoje precariamente urbanizados. O quadro certamente não mudou. Não há dado preciso hoje, mas, estimativamente, a maior parte da população manauara, da ordem de 2 milhões de habitantes, vive em condições muito precárias, desprovida de água e esgotos, creches, escolas de qualidade, transporte, segurança, saúde, coleta adequada de lixo.

Em quase três décadas, as intervenções públicas revelaram-se incapazes de viabilizar a implantação do PDLI, do Plano Diretor, inconcluso, e, por fim, do próprio Código de Posturas em todas suas dimensões. Em consequência, o crescimento de Manaus ocorreu de forma desordenada, praticamente

incorrigível, tantas as agressões que golpearam de morte a cidade. De acordo com estudos de um grupo de arquitetos da Uninorte, existiam, em 2002, cerca de 70 mil moradias implantadas nos mais de 140 quilômetros de afluentes que cortam a cidade, áreas consideradas como de preservação permanente, de acordo com o Plano Diretor Urbano e Ambiental da cidade. Dados não oficiais, contudo, segundo o estudo, indicavam que existiam, em média, 100 mil moradias nas margens dos igarapés, hoje em processo de revitalização urbanística pelo Prosamin, programa levado a efeito pelo Governo do Estado do Amazonas. A cidade precisa de soluções definitivas, não de arranjos cosméticos eleitoreiros. Ao governo impõe-se agir com

seriedade e competência, pés no chão e garra. Espírito animal. Aponto algumas ideias: a) implantação do Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS) com o objetivo de empreender ações públicas destinadas a gerar atividades produtivas capazes de impulsionar o padrão de vida do cidadão, que age como protagonistas do processo; e b) viabilizar a disseminação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), mecanismos surgidos a partir do final da década 1990, e que buscam agregar os excluídos do mercado formal de trabalho. Estão presentes em todo o território brasileiro, nas grandes, médias e pequenas cidades. Um dos exemplos de maior êxito é o de Ribeirão Preto, com 69 empresas que geram 2.500 empregos diretos, sendo 80% de PMEs.

Osiris  
Silva  
e-mail: osirasilva  
@gmail.com



## Setor primário

# Mais oportunidades

Produção Integrada aplicada ao guaraná pode gerar melhores dividendos

A implementação da Produção Integrada (PI) na cultura do guaraná no Amazonas poderá ampliar as oportunidades de mercado, com a garantia de um produto agrícola saudável, com sistema de produção que tenha sustentabilidade, segurança no trabalho e segurança alimentar aos consumidores.

Os desafios para essa implementação estão sendo discutidos no "Seminário produção integrada de guaraná no Amazonas", promovido pela Embrapa Amazônia Ocidental. O evento iniciou anteontem e se estende até hoje, no auditório da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Participam representantes de instituições que atuam no setor agrícola.

Produção Integrada é um sistema baseado na adequação a normas técnicas que orientam boas práticas para que a produção



Seminário da Embrapa encerra hoje

agrícola tenha o uso eficiente e adequado dos recursos naturais, a conservação do meio ambiente e a garantia de alimentos sem riscos à saúde do consumidor, permitindo inclusive a rastreabilidade

de da produção agropecuária em toda a cadeia produtiva.

Na avaliação do pesquisador Rosalvo Andrigueto, os sistemas de produção integrada vêm atender exigências dos mercados consumidores em nível mundial, e na Europa se tornou um pré-requisito das produções agrícolas de qualidade.

Para Rosilene Ferreira Souto, da Divisão de Fruticultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o atual maior desafio é a sensibilização de produtores e consumidores em relação aos benefícios da Produção Integrada. Para os produtores, esses benefícios envolvem a gestão da propriedade, redução de custos, capacitação técnica e adequação do empreendimento agrícola à legislação trabalhista e padrões de sustentabilidade ambiental.

## Seminário

# C&T em pauta no auditório do Inpa

---

Evento visa aproximar cientistas da região

---

Hoje e amanhã, no auditório do Inpa, acontecerá o seminário Pan-amazônico - C&T, Cultura e Inovação Tecnológica e sua relevância para o futuro da Amazônia continental. O evento tem a chancela da própria PanAmazônia, da Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera (ex-Fundação Djalma Batista) e da Fucapi. Tem como objetivo promover a aproximação de atores amazônicos relevantes na área de ciência e tecnologia e inovação tecnológica, de modo a ampliar o debate sobre como superar desafios comuns e propor ações e iniciativas coordenadas para toda a Amazônia continental, levando em consideração aspectos culturais e peculiaridades regionais.

A PanAmazônia defende a ideia de que a solução para muitos desafios pode estar na própria região. Para tanto, falta criar articulação e sinergia entre os muitos atores relevantes da Amazônia continental. É de suma importância iniciar um diálogo de abrangência continental com cientistas, técnicos, empresários, entidades de classe, ONGs, governos locais, entre outros, de modo a fomentar a cooperação panamazônica.

O seminário está estruturado em quatro mesas. Entre elas, as que discutirão o papel da cooperação panamazônica para o avanço da C&T na Amazônia e a C&T e inovação tecnológica no que tange às atividades empresariais no Polo Industrial de Manaus.

### AM ganha R\$ 78 milhões com partilha de royalties

**ANWAR ASSI**

Equipe EM TEMPO

**A**pós muita polêmica, deputados federais votaram a favor, ontem, em alterações, o projeto aprovado pelo Senado, de autoria do senador Vital do Rêgo, sobre a divisão dos royalties do petróleo. A votação garantiu uma distribuição maior aos municípios amazonenses, que poderão receber, ainda este ano, em torno de R\$ 78,2 milhões pela exploração do chamado "ouro negro", caso o projeto seja sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

A nova fórmula de partilha dos royalties do petróleo foi aprovada após uma intensa movimentação de prefeitos dos municípios brasileiros, que se mobilizaram para derubar o substitutivo do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Se aprovada, a divisão proposta pelo parlamentar paulista retiraria em torno de R\$ 30 milhões dos municípios amazonenses.

Segundo o presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM), Jair Souto, que esteve em Brasília para acompanhar a votação, a alteração apresentada por Carlos Zarattini beneficiaria os muni-

cípios grandes em detrimento dos pequenos. "Apenas um município no Estado (Manaus) ganharia com essa mudança, e todos os outros municípios amazonenses sofreriam redução, o que reforça a lógica cruel do enfraquecimento dos pequenos", declarou.

Com a nova distribuição, praticamente todos os municípios amazonenses vão ganhar mais recursos advindos dos royalties, com exceção da capital, que deixará de receber uma receita de, aproximadamente, R\$ 8,3 milhões. Pela partilha aprovada, Manaus ganhará R\$ 21,3 milhões.

Por sua vez, o assessor

**REAIS**  
**8,3**  
**MILHÕES**

É o valor estimado de perda de receita para a capital amazonense com a redistribuição dos royalties

da Secretaria de Estado da Fazenda, Afonso Lobo, destacou que a nova fórmula beneficia o Amazonas, principalmente, se a divisão for

aplicada em novos contratos. "Se for sobre contratos existentes, o Estado perde, pois temos um nível que é mantido pela produção atual", frisou, ao ressaltar que o Amazonas recebe atualmente R\$ 160 milhões com royalties de petróleo.

Para a deputada Rebecca Garcia, que não participou da votação porque tinha outro compromisso no Ministério das Cidades, a nova divisão foi boa para os municípios amazonenses. "A partilha foi positiva, porque foi o melhor que poderia sair", comentou.

Pelo texto aprovado no Senado, em outubro do ano

passado, a União reduz sua fatia de royalties de 30% para 20% já em 2012. Os Estados produtores, como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, também diminuem sua participação de 26,25% para 20%.

A participação dos municípios produtores cai de 26,25% para 17%, em 2012, e 4%, em 2020. O corte dos municípios afetados pela exploração de petróleo vai de 8,75% para 2%. Os 40% restantes serão distribuídos entre todos os Estados e municípios, incluindo produtores e não produtores. Antes, essa proposta era de apenas 8,75%.

## Fernando Coelho Jr.

### >> Design

. No dia nacional do design, comemorado no dia 5, o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, deu uma notícia que atinge diretamente o setor no Amazonas: o design será um dos eixos da sétima edição da Feira Internacional da Amazônia (Fiam), que ocorre no ano que vem.

. A ideia inicial é aproveitar o espaço da feira para discutir a questão do design no PIM, com seminários e workshops que ajudem a fomentar o debate e encontrar caminhos para estimular o setor. E o superintendente quer ir além. "Estamos estudando uma forma de mostrar aos empresários da Zona Franca da Manaus o potencial dos profissionais formados no Amazonas. Uma das alternativas é criar um concurso de design de produtos com foco no Polo Industrial de Manaus. Ainda estamos na fase inicial, verificando temas e de que forma poderemos aplicar, da melhor forma possível, o resultado obtido", anunciou.

. Em Manaus, hoje, pelo menos cinco instituições de ensino superior possuem cursos na área de design, sendo o mais antigo o da Universidade Federal do Amazonas, que foi criado em 1988. Uma comissão já foi formada na autarquia para viabilizar a inserção do tema no evento.

## Claro & Escuro

### ADIN

#### Mercado no Senado

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) comemorou, ontem, no Senado, a vitória do Amazonas contra São Paulo no STF, diante da decisão do ministro Celso de Mello que, no último dia 30, concedeu parecer favorável à Adin do governo amazonense contra a concessão de incentivos fiscais sobre o ICMS na produção de tablets pelos paulistas.

## Resumo

# Sines ofertam 87 oportunidades de emprego nesta quarta-feira

O Sistema Nacional de Emprego do Município (Sine/Manaus) oferece, nesta quarta-feira, 87 oportunidades de emprego, com destaque para as 17 vagas para vendedor interno, 14 para auxiliar técnico de educação e 11 para artífice de manutenção. O órgão informa que não é permitido que os candidatos às vagas compareçam trajando roupas inadequadas para entrevista, como bermuda, sandália de dedo e camiseta. Os interessados devem se dirigir à sede do Sine/Manaus, na Avenida Floriano Peixoto, 134, Edifício Garagem, Centro. Mais informações pelos telefones 3215-4700 e 3581-6463.

## Resumo

# Outubro foi o segundo melhor mês do ano para venda de carros

As concessionárias de veículos tiveram, em outubro, o segundo melhor mês de vendas de automóveis e comerciais leves (como vans e furgões) neste ano. Em número de veículos vendidos, foi o melhor outubro, com 326,9 mil unidades, o que representa aumento de 17,8% sobre setembro (277,5 mil) e de 23,9% sobre igual mês do ano passado. No acumulado do ano, houve crescimento de 7,27%, com quase 3,6 milhões de unidades vendidas. Segundo o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade), Flavio Meneghetti, o resultado reflete em parte o fato de outubro ter tido três dias úteis a mais do que o mês anterior.